

A DÉCADA DA VITRINE DA CONJUNTURA

Gustavo Nunes Mourão

Quando a Vitrine da Conjuntura começou a ser publicada eu ainda cursava o último ano de Ciências Econômicas na FAE e li a Revista pela primeira vez ainda como aluno da graduação. Lembro-me que, naquele ano, tive a disciplina de Conjuntura Econômica com o professor Gilmar Mendes Lourenço, editor da revista, e também fui aluno de Macroeconomia do professor Carlos Ilton Cleto, produtor da seção permanente, denominada Panorama Econômico.

Aquele foi um ano particularmente especial para a economia mundial, marcado pela instabilidade do *subprime* norte-americano, que se espalhou por uma porção de outros países, ficando conhecida na literatura e nos meios de comunicação como crise financeira internacional. Um dos eventos mais marcantes foi a quebra do banco Lehman Brothers, juntamente com outras expressivas companhias de crédito hipotecário e habitacional norte-americanas.

No Brasil do presidente Lula foram adotadas políticas econômicas anticíclicas para reduzir o impacto da crise na economia brasileira. Naquela época a situação do país era mais confortável do que a atual, sendo beneficiado pela estabilidade de preços, *boom* das *comodities* e reformas institucionais executadas no governo Fernando Henrique Cardoso que, aliadas a uma política monetária austera pré-crise, gerida pelo Banco Central, fizeram o País superar rapidamente o cenário adverso, registrando que de apenas -0,9% do produto interno bruto (PIB), em 2009. Nas palavras do presidente Lula, a crise que para os outros seria um “tsunami”, para nós foi uma “marolinha”.

A política fiscal expansionista foi eficaz para promover o crescimento econômico no curto prazo e a economia registrou expansão de 7,5% do PIB em 2010. Esse desempenho, potencializado pela ampliação dos programas de redistribuição de renda, fez com que Lula deixasse a presidência da República com uma aprovação superior a 80% da população e elege-se sua sucessora.

Dilma assumiu em 2011 mantendo Guido Mantega no Ministério da Fazenda e substituindo Henrique Meirelles por Alexandre Tombini, no Banco Central. Além da estratégia fiscal frouxa (que legou a Lula tamanha popularidade), com Tombini no Banco Central passou-se a executar também uma gestão monetária heterodoxa, com redução expressiva da taxa Selic e utilização dos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) para diminuir a taxa de juros cobrada ao consumidor.

Nessa época, em 2012, voltei à FAE, agora como professor da instituição na qual fui formado. Em meu segundo semestre assumi a disciplina de Conjuntura Econômica para o curso de Administração (que, aliás, ainda leciono). Desde aquele momento o material da Vitrine da Conjuntura tem sido utilizado constantemente em minhas aulas para ilustrar os indicadores estudados ou apresentar análises e diferentes pontos de vista sobre os fenômenos econômicos atuais, que cercam a cada um de nós, profissionais e estudantes.

A premissa do governo de que as taxas de juros no Brasil são altas somente porque os banqueiros querem, e de que derivam do alto poder de mercado exercido pelo oligopólio bancário (dentro o qual o Governo Federal é proprietário de duas das quatro maiores instituições) se mostrou infundada quando do retorno das pressões inflacionárias e o Comitê de Política Monetária (COPOM) voltou a subir a taxa Selic para que a inflação permanecesse abaixo do teto da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para conquistar a vitória no pleito eleitoral de 2014, a presidente Dilma repetia continuamente que não cortaria gastos e que “medidas impopulares seriam contra o povo”.

A “nova matriz econômica”, implementada pelo ministro Mantega, centrada na expansão de crédito e desonerações fiscais de impostos indiretos a setores escolhidos de forma discricionária, conduziu a economia do país a uma situação desconfortável já em 2014. Naquele ano, quem acompanhava a conjuntura econômica do país sabia que, independente de quem vencesse as eleições, havia chegado a hora do ajuste fiscal e “arrumação da casa”. Essa seria a tarefa do novo presidente.

Dilma possivelmente sabia disso, mas para conquistar a vitória no pleito eleitoral de 2014 repetia continuamente que não cortaria gastos e que “medidas impopulares seriam contra o povo”, sinalizando que continuaria o legado do PT de postergar as reformas de longo prazo e que não faria qualquer ajuste. Os mais informados sabiam que não havia essa opção para a presidente reeleita, e ela nomeou Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, com a missão de capitanear o necessário ajuste fiscal.

A própria base do governo, que acreditara nas promessas de “almoço grátis”, enunciadas na campanha eleitoral, se voltou contra o executivo, agravando a crise política em um momento em que a instabilidade econômica se intensificava. Assim, 2015 foi caracterizado pela inflação alta e recessão.

Em meio a essa turbulência política e econômica recebi o agradável convite de participar na elaboração da Vitrine da Conjuntura, ficando responsável pela seção Indicadores, desde 2015 até o presente momento.

De 2015 para cá muita coisa aconteceu. Saiu Levy, entrou Barbosa, Saíram Dilma e Barbosa, entraram Temer e Meirelles, as expectativas melhoraram, a Operação Lava Jato continua, foi aprovada a PEC do teto dos gastos e a reforma trabalhista e discute-se a da Previdência, na câmara dos deputados. Infelizmente os embaraços econômicos e políticos ainda não foram superados. Mas, os problemas têm sido enfrentados via instituições. Não houve intervenção militar, guerra civil, ruptura com a democracia nem revolução socialista, como pregavam os mais pessimistas e extremistas.

Esses fatos me fazem ter esperança de que, ao final da crise política e econômica, a nação disporá de instituições mais fortes, um povo mais consciente e não existirão tantas amarras ao desenvolvimento. Nesse contexto, a Vitrine da Conjuntura registra a história e interpreta a dinâmica recente do país, que passa por um momento singular. Dez anos é um marco. Que venham muitos mais!!!!